Gustavo Durán, Manuel Bayón Jiménez
y Daniel Zárate, coordinadores

La urbanización residual de la Panamazonía

Perspectivas desde Ecuador, Colombia, Brasil, Bolivia y Perú

FORO

FLACSO Ecuador

Índice de contenidos

Lista de abreviaturas, siglas y acrónimos xv

Capítulo 1
Introducción 1
Manuel Bayón Jiménez y Gustavo Durán

Parte I
Panamazonía

Capítulo 2
La urbanización en la región amazónica 17
Darío Toscano, Gustavo Durán y Paz Santelices

Capítulo 3
O urbano amazônico em rotação: práticas espaciais e imaginários vinculados aos setores de *commodities* e regulações em disputa 37
Luis Fernando Novoa Garzon, Diogo Henrique Costa Fonseca y Carolina Moreira de Hollanda

Capítulo 4
Metrópole e floresta: configurações e diferenciações intrarregionais da urbanização na Amazônia brasileira 65
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Capítulo 5
Patrimônio territorial e sistemas territoriais na Amazônia urbano-ribeirinha: o caso de Parintins 89
Estevan Bartoli

Capítulo 6
Amazonía boliviana: procesos de urbanización, nuevos actores y conflictos 110
Patricia Urquieta

Capítulo 7
Ensambles de lo urbano y la urbanización amazónica en Bolivia. 129
Andrea Perez Tarqui

Capítulo 8
¿Cómo medimos la sostenibilidad de las urbes amazónicas peruanas? Reflexiones a partir del reporte *Ciudades amazónicas del Perú* 150
Anna Zucchetti y Taícia Marques

Capítulo 9
Sistema de asentamientos humanos en la región amazónica colombiana 174
Juan Felipe Guhl, Elizabeth Riaño, Juan Manuel Diaz y Jorge Arias

Parte II
Ecuador

Capítulo 10
Índices de urbanización amazónica: una perspectiva multidimensional e implicaciones escalares 193
Pablo Cabrera-Barona y Denise Albán

Capítulo 11
Las cabeceras cantonales en la Amazonía urbana 213
Irene Acosta, Miguel Quishpe, Adrián Buenaño, Kleyna Orellana Escobar, Jesly Espín e Isabel Ordieres

Capítulo 12
Las ciudades amazónicas del Ecuador: génesis, formas y perspectivas 242
Juan Carlos Sandoval

Capítulo 13
Nuevos ejes de expansión y acumulación territorial en la Amazonía norte ecuatoriana 271
Javier González-Comín

Capítulo 14
Espacios amazónicos de transición urbano-rural: el caso de Puerto Francisco de Orellana, 2000-2020 296
Daniel Zárate

Capítulo 15
Formas de habitar las periferias fluviales del Napo 318
Yosselyn Anabel Sánchez Rojas

Capítulo 16
Urbanización residual, relaciones y lucha colectiva en una comuna kichwa amazónica de Ecuador 340
Michael Uzendoski, Manuel Bayón Jiménez y Gustavo Durán

Capítulo 17
Intervención estatal en hábitat y vivienda social en Tena y Santa Clara 366
Katia Barros Esquivel

Capítulo 18
Las disputas indígenas frente a la urbanización amazónica ecuatoriana en Puyo 386
Manuel Bayón Jiménez

Capítulo 19
El crecimiento urbano amazónico en Macas 404
Alejandra Sandoval

Sobre los coordinadores 427

Sobre autores y autoras 428

https://doi.org/10.46546/2025-73foro-05

Capítulo 5
Patrimônio territorial e sistemas territoriais na Amazônia urbano-ribeirinha: o caso de Parintins

Estevan Bartoli

Introdução

No presente texto elencam-se avanços em pesquisas recentes, apresentando a proposta metodológica associada aos estudos de setores populares situados em cidades de dinâmicas ribeirinhas e fluviais na sub-região de Parintins, estado do Amazonas – Brasil. O modelo STUR (Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho) propõe o estudo da densidade das relações territoriais presentes tanto na estruturação interna dessas cidades quanto nas redes estabelecidas com seus entornos. A partir das dinâmicas de diversas redes de sujeitos pertencentes à economia popular informal, utiliza-se a análise multidimensional e transescalar para compreensão e descrição das vertentes que compõem o modelo. A análise do STUR requer a compreensão de como ele se articula com as frações dominantes do capital mercantil presentes nas cidades, as quais, por sua vez, estabelecem interações com diferentes escalas da rede urbana. Essa articulação permite uma apreensão mais precisa do processo urbano na Amazônia.

No primeiro momento sintetizamos a discussão sobre o STUR e sua complexa interação com o sistema territorial dominante atrelado ao capital mercantil, e o caráter dual e complementar da economia popular. Vertentes multidimensionais são apresentadas na proposta, onde a abordagem territorial pode dar boas contribuições para pensar o caráter relacional e processual em estudos sobre cidades na Amazônia.

O segundo subitem tem o objetivo de demonstrar que a análise do sítio urbano (geomorfologia), da expansão do plano, e a influência dos sistemas territoriais, devem ser feitos em conjunto para o entendimento da configuração da morfologia urbana de Parintins (AM) e municípios do entorno. Maior atenção é dada aos setores econômicos dominantes na cidade, cujas práticas espaciais alteram padrões de configuração urbana pela privatização das margens fluviais melhor localizadas, limitando o uso por setores populares. Uma proposta metodológica que auxilie esses estudos das formas e processos é apresentada num quadro síntese, visando aplicação do modelo de estudo em cidades com características semelhantes.

No terceiro item, apresentam-se os resultados do projeto intitulado *Rede Urbana, Tipologia de Cidades e Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos no Baixo Amazonas,*[1] os quais demonstram a existência de um padrão espacial de influência das cidades no contexto sub-regional com intensa dinâmica ribeirinha e fluvial. Constata-se que – a partir do modelo STUR – é possível descrever características gerais existentes nos municípios, onde circuitos realizados por transporte fluvial/ribeirinho de setores populares são impulsionados, gerando forças centrífugas e centrípetas.

No quarto item pretende-se cruzar os elementos da análise STUR com as recentes discussões sobre o Patrimônio Territorial Situacional (PATs) a partir das "margens", pois entende-se que as dinâmicas no território são permeadas de processos contraditórios, passíveis de serem estudadas através da análise de sistemas territoriais. Ressalta-se a importância da análise das interações entre esferas coevolutivas que sinalizam tensões e instabilidades no território.

Avanços metodológicos e a proposta dos Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR)

Como lugar de aprendizagem, descobertas, difusão de ideias e realização do mercado local, a cidade passa a ser compreendida, entre tantas outras funções,

[1] Financiamento concedido através de Bolsa de Produtividade da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), com o projeto intitulado "Rede Urbana, Tipologia de Cidades e Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos no Baixo Amazonas".

como concentração geográfica de excedente social e produto de articulação entre comércio e mercado regional, todos beneficiados e propiciados pela economia de escala e aglomeração (Bitoun e Miranda 2009; Fernandes 2009; Camagni 2005). Não seriam somente sedes de municípios, mas fornecedoras de bases para a reprodução da vida social que alavancam atividades produtivas e usos variados do território. Pela acumulação histórica, formas espaciais e conteúdos socioeconômicos diferenciados, a manifestação fenomênica do processo urbano na Amazônia requer metodologias específicas para captar dinâmicas e práticas espaciais existentes.

O Núcleo de Pesquisas e Estudos das Cidades na Amazônia Brasileira da Universidade Federal do Amazonas (NEPECAB – UFAM) aparece como referência na trajetória de construção de inovações metodológicas. Pelo baixo dinamismo econômico das cidades (mas alta complexidade sociocultural e natural), metodologias e paradigmas explicativos dominantes se mostraram insuficientes para estudar a realidade dos interiores do estado do Amazonas, que é melhor entendida considerando eixos transversais como as redes de peixes, caça, transição de hábitos alimentares e aspectos da hidrologia (Schor et al. 2016). Os estudos do NEPECAB adotam a proposição de analisar redes urbanas para cada mercadoria ou classe de mercadorias para compreender os diferentes processos de sobre, super e justaposição destas e a complexidade que envolve a participação de um centro urbano em várias redes com diferenciadas funções. A visão integrada de uma rede urbana para a Amazônia ou para o Amazonas depende da articulação das diversas redes nas diversas escalas (Schor et al. 2016).

O desenvolvimento do modelo STUR se apoia nesse tipo de inovação metodológica. Nele, propõe-se uma análise do "retorno ao território" de populações que migraram para cidades e reconfiguram redes complementares através da interação com o ambiente urbano. Isso exige o entendimento da constante reterritorialização dessas populações com as novas mediações urbanas disponíveis, que possibilitam coevolução das articulações territoriais (Bartoli 2017). Elencam-se elementos para reconduzir a interpretação do território a partir da cidade, que é cenário de coalizões, negociações, conflitos, articulações e redesenho dos projetos das redes de sujeitos. Populações indígenas e interioranas antes distanciadas da *presença*

da cidade como recurso, do acesso a bens de consumo, educação, instituições etc. hoje usufruem do meio urbano enquanto possibilidade de novas interações com ambientes rurais, comunidades, aldeias, vilas e distritos (Bartoli 2015, 2017).

Essa contínua e acelerada reprodução de espaços urbano-regionais, marcada por constantes fluxos migratórios, êxodo, consolidação e crescimento das cidades, exige a abordagem de conceitos (reinterpretados em outros contextos) como os de território e territorialidade (Dematteis 2005; Sack 2013; Raffestin 2009; Saquet 2011). O sistema de análise multidimensional presente na abordagem territorial (Raffestin 1993; Dematteis 2008; Saquet 2007, 2011) abrange a economia, a política, a cultura e a natureza (EPCN). Evidencia a existência de sistemas territoriais que envolvem apropriação de bases (i)materiais no território, com a construção de valoração simbólica e representações de poder, indicando intencionalidade dos sujeitos que disputam trunfos para o ordenamento do território.

O STUR é um modelo analítico que propõe detalhar o comportamento espacial dos circuitos informais da economia popular inseridos em contexto específico de intensa relação com a fração local do capital mercantil (Sistema Territorial Urbano-Fluvial – STUF). Considerações sobre dinâmicas transescalares são feitas para melhor detalhamento das complexas relações existentes com a rede urbana regional com forte influência da metrópole Manaus em disputa com a rede urbana paraense e escalas nacionais e globais.

Moldando espaços intraurbanos e realizando intensos deslocamentos, trocas e intercâmbios com as áreas de entorno, o papel mediador que o STUR abrange aparece em vertentes apresentadas por Bartoli (2017, 2018a, 2018b, 2020a):

i) Zonal, topológico e reticular: conectando a cidade ao entorno sub-regional por meio de redes diversas através da navegação fluvial e ribeirinha;
ii) Microrredes socioterritoriais: sujeitos se projetam sobre o território a partir de estratégias e escalas de ação, que vão desde redes familiares e de sociabilidade até as formas organizacionais e institucionais, ou seja,

cooperativas, associações, colônias de pescadores etc. Tais tipos de coalizão de sujeitos ganham relevância, pois mediam ações e práticas sobre o território;

iii) Morfologia urbana: produção e reconfiguração do espaço urbano em bairros de atividades tradicionais (pesca, carpintaria etc.) ou os oriundos de ocupações irregulares, cujos fragmentos do espaço intraurbano constituem fixos úteis para as ações (beiras de rios populares adaptadas para a navegação, por exemplo);

iv) Circuitos econômicos duais e complementares, sendo dinamizados principalmente pela economia popular informal em interação constante com as esferas de ação do capital mercantil dominante na cidade (saltos escalares ocorrem em relações que ultrapassam a sub-região);

v) Simbólico-cultural: traços da cultura cabocla e ribeirinha, indígena ou de conhecimentos populares tradicionais são ressignificados, absorvidos e hibridizados e pela inserção ao processo urbano;

vi) As estratégias e territorialidades são *situacionais*: variam de acordo com a sazonalidade dos rios (cheias e vazantes), disponibilidade de produto regionais de cada época (pescado, pupunha, tucumã etc.), auxílios governamentais e variações gerais de mercado (custo de vida, inflação etc.).

Espaço intraurbano, morfologia e geomorfologia de Parintins

Um dos desafios da geografia urbana, particularmente nos estudos sobre a morfologia, está em considerar em sua abordagem as várias escalas e dimensões necessárias para o entendimento das formas da cidade. Por isso, torna-se essencial considerar junto ao processo de reestruturação econômica regional (e suas variantes que geram êxodo rural e outros processos), a análise conjunta das características físicas. Além de evidenciar a importação de formas exógenas na formação do plano urbano, devem ser considerados os aspectos culturais e suas apropriações que compõem a paisagem e dão sentido à forma.

O regime fluvial, a fisiografia dos rios e a geomorfologia do sítio em cidades com forte dinâmica ribeirinha necessitam ser entendidos como

variáveis que condicionam ou limitam a navegação e atracação de embarcações, o que pode refletir em perdas e ganhos de centralidade e na forma como se dão os usos e disputas pelas margens fluviais e lagos.

Associar a discussão do sítio (base física do plano) à situação (relações com a rede, fluxos e centralidade) requer entendimento de que as redes locais de sujeitos realizam disputas territoriais pelo controle das margens fluviais, inerentes ao processo de territorialização em que o capital mercantil[2] tem sido preponderante. A erosão torna ainda mais raras as margens fluviais, que indicam o acesso limitado e a mobilidade reduzida das classes populares às margens frontais da cidade, em razão da privatização dos portos pertencentes ao Sistema Territorial Urbano Fluvial (STUF), vinculado ao capital mercantil já mencionado.

Em Bartoli e Marques (2019) demonstra-se a periodização do espaço intraurbano de Parintins, com análise de sua transformação junto às variações abruptas dos ciclos econômicos, associando com a descrição das características físicas do sítio. Constata-se que elites locais alteram suas estratégias e usam o espaço urbano como *locus* privilegiado de ações, modelando o mesmo para reprodução de práticas espaciais. Descreve-se a expansão urbana nas décadas de 1990 a 2010: formação de ocupações irregulares populares e loteamentos regulares recentes. Constam-se os limites do sítio salientando papéis de redes de sujeitos locais na configuração da ocupação da terra urbana.

O comportamento hidrológico dos últimos trinta anos do Rio Amazonas em Parintins projeta uma tendência ao aumento de grandes enchentes, ou seja, com nível acima da cota dos 9 metros, característica observada nas duas últimas décadas no médio e Baixo Amazonas (Marques 2017). Os dados da Agência Nacional de Águas ([ANA] 2015) mostram ainda um ligeiro aumento relacionado à ocorrência de vazantes. Nos anos de 1997, 2005 e 2010 foram registradas as maiores vazantes (popularmente chamadas de secas) dos últimos trinta anos, causando impactos não somente em Parintins, mas em vários municípios do estado do Amazonas, dificultando a navegabilidade e deixando várias comunidades e vilas isoladas.

[2] Os detalhamentos sobre a composição e dinâmicas do capital mercantil na microrregião de Parintins foram feitos em publicações diversas (Bartoli 2017; Silva e Bartoli 2019).

Após expansão das décadas de 1990 a 2010 as margens fluviais centrais e demais que acessam o Rio Amazonas tiveram ocupação intensificada, assim como demais margens fluviais do arquipélago urbano (Bartoli 2018b). Com localização privilegiada no Rio Amazonas e com a navegabilidade sem restrições durante o ano, Parintins exerce uma centralidade e dinâmica diferenciada das demais cidades do Baixo Amazonas, caracterizando-se como uma cidade média de responsabilidade territorial (Bartoli, Schor e de Oliveira 2019) com papel marcante na rede urbana sub-regional.

No contato com o Rio Amazonas, o terraço apresenta pontos críticos de erosão de margens fluviais, que afeta e desvaloriza portos, terrenos particulares, vias de acesso, áreas de lazer, além de causar riscos à circulação de veículos e à navegação (Marques 2017). Levantamentos batimétricos recentes no Rio Amazonas feitos por Marques (2017) mostram que o talvegue do rio (ponto de maior profundidade, turbulência e velocidade) acompanha e está em processo de encaixe junto à margem fluvial do arquipélago urbano de Parintins. Isso tem relação direta com os processos erosivos. Essa característica é atribuída à posição da cidade em um ponto de inflexão do canal e a sua influência na distribuição das correntes fluviais. Além da forma e da geometria do leito, diversos fatores hidráulicos afetam a estabilidade do sítio. A maioria desses fatores está relacionada às propriedades específicas da água e às forças hidráulicas que atuam dentro do canal. Considera-se que a erosão de margens fluviais no arquipélago urbano de Parintins recebe influência de ações humanas.

Apresenta-se proposta metodológica (Tabela 5.1) para estudos de morfologia urbana em cidades de dinâmica ribeirinha, realizando um diálogo entre sistemas territoriais e aspectos da geomorfologia. Margens fluviais são interpretadas como fragmentos do espaço intraurbano, indicando aspectos de como a cidade está inserida na atual divisão social e territorial do trabalho.

Tabela 5.1. Elementos para estudo de morfologia urbana em cidades de dinâmicas ribeirinhas

Elementos/ morfologia	Análise: geomorfologia e dinâmicas fluviais	Análise: Sistemas Territoriais
O plano urbano e a evolução do plano	- como a evolução do plano se adequa às nuances do relevo, margens fluviais e limites expansivos. - descrever a base geológica e geomorfológica - verificar se a justaposição do plano se complementa tecnicamente sobre o relevo e se respondem às condições sazonais dos rios.	- periodização da evolução do plano relacionado às fases econômicas (ciclos). - análise da transformação de áreas rurais em urbanas e características do espaço periurbano. **STUF:** análise do fortalecimento de setores dominantes da cidade e como se beneficiam da produção do espaço urbano. **STUR:** relação das crises dos ciclos com êxodo e crescimento de periferias. Averiguar peso dos setores populares na expansão do plano e configuração de margens fluviais.
Relações do plano com o sítio urbano	- sazonalidade do regime hídrico amazônico. - impactos de planos assentados em sítios constituídos por arquipélagos fluviais, várzeas baixas, terraços etc. - tipo de relevo que o plano urbano se assenta pode indicar condicionantes ou limitações (áreas inundáveis e erosão de margens fluviais). - verificar a viabilidade dos planos quanto à geometria das formas de fundo fluviais nas proximidades das margens fluviais. - considerar as características hidrodinâmicas dos rios (vazão, velocidade e material em suspensão) na execução dos planos que visem áreas de contenção. - averiguar se o plano urbano respeita os contornos dos taludes fluviais ou se adequa à rede hidrográfica de igarapés que entrecortam as cidades.	**STUF:** setores dominantes se apropriam de áreas mais valorizadas e margens fluviais com melhor navegabilidade. **STUR:** setores populares passam a usar os espaços modificados nas cidades, mantendo traços culturais, reconstruindo e adaptando margens fluviais para moradias ou portos.

Tabela 5.1. (***continuação***)

Elementos/ morfologia	Análise: geomorfologia e dinâmicas fluviais	Análise: Sistemas Territoriais
Fisionomia urbana (paisagem)	- considerar elementos que indiquem constante processo coevolutivo: descrever construções, embarcações e margens fluviais. - descrever representações sociais e da natureza presentes na paisagem urbana. - indicar aspectos recursivos utilizados pelas populações.	- análise de elementos arquitetônicos, referenciais, contínuos ou fragmentados, representativos do poder estatal ou privado, simbólicos ou banais. - evidenciar a fragmentação urbana. - indicar permanência de elementos arquitetônicos de ciclos passados. **STUF:** elementos modernos associados aos fixos: tipo de arquitetura e amplas áreas apropriadas por grupos dominantes. **STUR:** tipos de moradias e uso de recursos regionais, margens de rios com uso coletivo, moradias, portos, rampas e flutuantes populares.
Relação entre o que é edificado e o que não é edificado	- limites de construção de edificações condicionados por relevos de margens fluviais: - averiguar se afetam mobilidade e acessibilidade. - analisar a desvalorização devido às perdas de solo de propriedades pela vulnerabilidade geológica (estrutura vertical dos perfis das margens fluviais) e condições geomorfológicas do relevo (altura e declividade da encosta fluvial). - averiguar a possível fragilidade do pacote sedimentar em áreas de circulação de veículos nas margens fluviais.	- condições: culturais e ambientais. **STUF:** Melhor estrutura auxiliando práticas dos grupos. Portos, galpões, postos de gasolina em margens fluviais, flutuantes de ferro. **STUR:** menor quantidade de fixos auxiliando práticas espaciais. Portos improvisados, flutuantes com uso de toras de madeira ou garrafas PET, moradias palafíticas.
Densidade da ocupação e identificação de áreas morfologicamente homogêneas e heterogêneas	- analisar a relação do relevo com tipo de ocupação urbana e problemas socioambientais: - áreas inundáveis/aglomerados palafíticos. - áreas de portos navegáveis o ano todo/ ocupação por setores dominantes. - áreas de portos com margem do tipo falésia fluvial/ ocupação e adequação por setores da economia popular.	- identificação de centralidades através dos fixos referenciais: **STUF:** longos trechos de margens fluviais valorizados. **STUR:** aglomerações de usos populares citados no item acima; contínuos conjuntos de habitações vernaculares (aglomerados de palafitas).

Fonte: Bartoli e Marques 2019.

Cidades, redes urbanas e sistemas territoriais

Em 2019 ampliamos a área de estudo a partir do projeto *Rede Urbana, Tipologia de Cidades e Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos no Baixo Amazonas.*[3] Os resultados foram apresentados em publicações diversas (Bartoli 2019a, 2019b, 2020a, 2020b, 2020c, 2022), cuja síntese é apontada neste subitem. Características comuns entre os municípios estudados revelam que duas "forças" em direções de vetores partindo das cidades para interiores e no sentido inverso dialeticamente se impulsionam, compondo a maneira com que o STUR realiza sua circunscrição espacial. A força centrípeta no STUR consiste no movimento de populações que migram na busca de benesses e melhorias que a cidade oferta, como no acesso a serviços de educação e saúde, instituições de fomento/apoio à produção, bancos, mercados e tantas outras "facilidades" urbanas. Isso induz novos contextos de inserção de sujeitos na cidade, que não possui capacidade de absorção laboral, suscitando aos populares a construção de complementos de renda. Essa demanda impulsiona parte dos sujeitos novamente aos interiores (força centrífuga), que retornam com uma série de produtos industrializados adquiridos nos comércios da cidade, configurando aspectos do processo da urbanização extensiva (Monte-Mór 1994). A força centrífuga ocorre pela busca do complemento dual: através da demanda de produtos extrativos regionais ou produção rural e pecuária, a economia mercantil dominante influencia, financia e incentiva e de certa maneira impulsiona a economia popular do STUR, usufruindo de seus saberes em navegar, coletar, pescar etc.

Sobre a análise do uso das embarcações, os resultados forneceram indicativos multidimensionais para melhor descrição das composições de territorialidades. Os barcos não se restringem ao transporte de produtos regionais, pesca, produção agrícola etc., mas cumprem função de moradia, sendo ainda *locus* de relações sociais amplas ou familiares. No que tange

[3] Com bolsa de produtividade concedida pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), aplicamos o modelo STUR em seis municípios do Baixo Amazonas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020, realizando adaptações na metodologia e novas constatações.

ao papel de drenagem de renda e exploração de recursos, o cenário mais preocupante encontrado nas pesquisas sobre os fluxos de embarcações do STUR foi na enorme quantidade de madeira transportada dos interiores para a cidade. Como o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Amazonas (IDAM) confirmou, são pouco numerosas as iniciativas de Planos de Manejo municipais, e pelas várias pilhas de madeira de lei vistas nas beiras de rio das cidades se deduz que essa atividade ilegal é uma das mais intensas. Mas grande parte dessa madeira cumpre uso social de extrema serventia na construção de moradias e embarcações populares, sendo recurso estratégico da manutenção da vida no STUR.

Com a crescente quantidade de pessoas acessando as sedes municipais, antigas embarcações de madeira estão sendo lentamente substituídas por lanchas de alumínio, denominadas localmente como "expresso" ou "a jato". Os percursos que eram realizados em quatro horas ou mais pelos barcos de madeira (exemplo do percurso Barreirinha – Parintins), foram reduzidos para uma hora ou uma hora e meia, dependendo da sazonalidade fluvial (ciclos de cheias e vazantes). As transformações nesse tipo de transporte afetam as centralidades tanto dos municípios como das comunidades conectadas nos trajetos, pois moradores alteram deslocamentos para consumo e acesso a serviços urbanos.

Quanto ao subsistema territorial pesqueiro, os resultados das pesquisas demonstram que a mediação das cidades acentua conflitos entre STUR e STUF, onde ocorrem disputas territoriais entre pescadores e o capital mercantil. Colônias de pescadores têm realizado auxílio na formação de acordos de pesca junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) na implementação de *defesos* contra pesca predatória e industrial financiados pelos frigoríficos do STUF, inclusive os de cidades paraenses como Santarém. Pressionados ao norte pelas tensões e limitações da Área de Preservação Ambiental de Nhamundá e a leste pela pressão de grupos de pescadores paraenses, os pescadores de Parintins são "empurrados" e impelidos a realizarem percursos cada vez mais distantes em direção a oeste. Passam a ter obrigação de atingirem produtividade elevada para custeio dos gastos feitos na cidade. Gelo, gasolina e alimentos (fluxos adjacentes fornecidos pelo capital mercantil na

cidade), são gastos altos que exigem apropriação do excedente de trabalho. O pagamento insignificante pelo quilo na maioria das espécies de pescados também agudiza a tendência de parcos rendimentos monetários dos pescadores.

Patrimônio Territorial Situacional, sistemas territoriais e aspectos coevolutivos

Tem-se no artifício teórico metodológico dos sistemas territoriais caminho para análise do patrimônio territorial. Em Bartoli (2022, 2020c) sintetizamos avanços metodológicos e discussão de resultados para interpretação do processo urbano na Amazônia e em quais aspectos a proposta dos Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR) contribui na elaboração do PATs. O artifício teórico-metodológico dos sistemas territoriais constitui um caminho para a análise do patrimônio territorial. Em Bartoli (2022, 2020c), são sintetizados avanços metodológicos e discutidos resultados voltados à interpretação do processo urbano na Amazônia, com destaque para os aspectos em que a proposta dos Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR) contribui para a elaboração do PATs.

O Projeto de Pesquisa *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões* (ProPAT)[4], a partir de 2021, suscitou o esforço de propor e validar um instrumental metodológico mais adequado à perspectiva territorial de análise. A finalidade é contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência.

Nos avanços das discussões do ProPAT que compõem um *Dossiê Patrimônio Territorial* (Dallabrida 2022), lacunas analíticas surgem devido

[4] Projeto de pesquisa coordenado pelo pesquisador Valdir Roque Dallabrida, professor visitante da Universidade Federal do Paraná (UFPR), referente à bolsa de produtividade em pesquisa (CNPq). Paralelamente, no âmbito da UFPR/PPGDTS está em execução o projeto *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico.*

às grandes disparidades regionais. Tais aprofundamentos para análise de regiões de baixa dinâmica econômica (mas com alta sociobiogeodiversidade e intensas dinâmicas socioculturais) necessitam de ponderações sobre esferas interativas que possibilitem apreender lógicas de ordenamento do território em seu movimento contraditório e eivado de conflitos.

Harvey (2011) traz reflexão ilustrativa para o raciocínio sobre o processo coevolutivo do território. Descreve interrelações e conflitos entre as necessidades de evolução técnica e social para acumulação do capital e as estruturas de conhecimento, normas e crenças culturais compatíveis com sua acumulação infinita. Ressalta que essas interrelações têm desempenhado papel fundamental na evolução do capitalismo, levantando "esferas de atividades" para análise de trajetórias coevolutivas. Defendendo que o "capitalismo se manteve firme, pois se envolveu em um movimento revolucionário perpétuo em todas as esferas para acomodar as inevitáveis tensões da acumulação do capital sem fim a uma taxa composta de crescimento" (Harvey 2011, 113). Ressalta ainda que dentro de cada região a dinâmica coevolutiva funciona de maneiras distintas, tecendo análise também para as experiências socialistas que devem considerar quais esferas estagnaram.

Em estudos sobre realidades amazônicas, Bartoli (2017, 2019a) descreve as características dos sistemas territoriais e as esferas que estariam estagnadas na trajetória evolutiva das territorialidades dos grupos urbanos. A análise das territorialidades que os grupos constroem possibilitou a descrição das trajetórias coevolutivas e a qualidade das relações territoriais. Os rompimentos dos processos coevolutivos pelas atividades capitalistas podem ser interpretados enquanto processos de alienação territorial. Como abordado no I Colóquio Geografias Fora do Eixo (Castro et al. 2022), as condições de contexto em que o recente processo urbano na Amazônia tem se manifestado regionalmente ocorrem a partir de um legado histórico, da produção geográfica de espaços desiguais e acirramento da competição interregional, com aceleração do processo urbano e do processo de desterritorialização (Bartoli 2022).

O Patrimônio Territorial Situacional (PATs) deve ser interpretado no conjunto de elementos (dimensões) que configuram sistemas territoriais. No transcurso das análises, constata-se que relações transescalares situam

o patrimônio em meio a relações de poder, potencializando o adjetivo territorial. Isso implica que cada dimensão coevolutiva seja considerada no interior de arenas conflitivas relacionais situadas (ênfase na cidade e no fenômeno urbano, no presente texto), onde redes de sujeitos, cenários, eventos e intencionalidades diversos são também permeados de disputas paradigmáticas. Os mecanismos que envolvem determinados recursos territoriais sob as influências dos sistemas territoriais podem indicar se o "uso" do patrimônio coincide com graus de liberdade, autonomia e governança, fornecendo diagnósticos para repensar o futuro de populações.

Vislumbrar a transformação de um recurso em patrimônio requer o alicerce de paradigmas críticos no interior da abordagem territorial: a situação em que determinado recurso se encontra necessita do entendimento de como uma ou mais dimensões coevolutivas estão estagnadas, afetadas ou sob o controle de outras dimensões. Nas pequenas cidades amazônicas, as dimensões humanas, culturais e sociais podem estar sob domínio e constrangimento das dimensões político-econômico-institucionais. Essas configurações devem ser consideradas caso se deseje a construção de um pulsar utópico revolucionário para atingir a soberania popular e sustentável, transformando os recursos em patrimônios territoriais.

A Tabela 5.2 apresenta as dimensões e elementos discutidos no primeiro dossiê ProPAT e as constatações do modelo STUR sobre a microrregião de Parintins.

Tabela 5.2. Dimensões, elementos e dinâmicas para análise do PATs

Dimensões	Elementos * (Dossiê ProPAT)	Dinâmicas situacionais mediadas pela esfera urbana Referência: microrregião de Parintins (análise STUR)
Econômica	a) Sistemas Produtivos Territoriais b) Sistemas Agroalimentares Locais e/ou agrossilvo-pastoril c) Cesta de Bens ou Serviços Territoriais e Indicações Geográficas d) Empreendimentos sociais e cooperativos e)Trajetória socioeconômica do território	- submissão histórica dos circuitos extrativos e produtivos às redes locais de poder / capital mercantil (STUF). - fragilidade econômica das cidades / dependência de repasses governamentais. - ausência de especializações produtivas nas cidades pequenas. - continuidade de padrões de drenagem de renda associados a circuitos de ilegalidade. - competição inter-regional afetando cadeias locais rurais e urbanas. - presença de atividades que propiciam soberania produtiva e alimentar. - múltiplas atividades entre interiores e cidades.
Humana e intelectual	a) expansão das liberdades instrumentais e de agência (poder e controle) b) abordagem das capacidades c) saberes e grupos humanos d) conhecimentos tácitos, codificados, sintéticos e analíticos / incorporados, objetivos e institucionalizados e) formais e informais a partir de redes de sociabilidade	- instalação recente da rede de ensino superior em Parintins, mas insuficiente presença de cursos que supram diretamente as lacunas dos circuitos potenciais sub-regionais. - variegado cabedal de saberes e práticas territoriais /articulações das redes de sujeitos com os entornos das cidades / complexas territorialidades. - perda de vínculos territoriais com as áreas interioranas devido à rápida migração/êxodo para as cidades.
Socio - natureza	a) (bio)geodiversidade expressada na presença dos geossítios b) cesta de bens e serviços territoriais c) vulnerabilidade ambiental urbana d) agroecossistemas, como expressão da sustentabilidade rural e) política de Estado para a sustentabilidade	- desmatamento ligado aos ciclos regionais econômicos; declínio de estoques de setores extrativistas, pesqueiro e de caça. - condicionamento dos sistemas territoriais em relação ao sítio, geomorfologia. - STUR e STUF como mediadores dos impactos ambientais / aumento das forças centrífugas e centrípetas. - presença residual de formas tradicionais de agricultura e extrativismo de baixo impacto. - água urbana de péssima qualidade (saneamento e abastecimento).

Tabela 5.2. (*continuação*)

Dimensões	Elementos* (Dossiê ProPAT)	Dinâmicas situacionais mediadas pela esfera urbana Referência: microrregião de Parintins (análise STUR)
Cultural	a) valores e códigos de conduta. b) saberes e fazeres da cultura. c) manifestações culturais. d) equipamentos culturais (orçamento)/ acesso e distribuição às políticas de cultura. e) estrutura de mídia. f) economia criativa.	- paisagem cultural híbrida. - festas regionais formam redes no STUR e vínculos territoriais afetivos (topofilia). - temporalidades e territorialidades ligadas a aspectos herdados da cultura cabocla-ribeirinha e indígena com influência da sazonalidade hídrica regional; espontaneidade, inventividade, originalidade e plasticidade das ações e estratégias. - Festival Folclórico de projeção regional / nacional.
Social	a) relações de trabalho e acesso aos bens e serviços. b) formas de organização e interação. c) valores, normas e estruturas sociais.	- submissão de formas tradicionais de territorialidades ao capital mercantil. - experiências de cooperativismo rarefeitas. - densas redes de sociabilidade / relações de parentesco, trocas de produtos e produção para autoconsumo, fornecendo produtos a parentes, vizinhos e amigos (redes de "agrados"). - articulação de atividades ilegais. - mediações de Colônia e sindicato de pescadores.
Institucional	a) capacidade administrativa da estatalidade no território. b) políticas Públicas de apoio ao desenvolvimento. c) atores, instituições e arenas de concertação.	- impactos negativos do Projeto Polo Industrial de Manaus, conformando desigual redes urbanas; insuficiência de políticas públicas nos interiores do estado. - experiências de instituições ainda embrionárias; invisibilidade do STUR. - desmonte recente dos órgãos reguladores / fiscalizadores.

Fonte: Bartoli (2019a, 2019b, 2020a, 2020b, 2020c, 2022).

*Os elementos da segunda coluna foram extraídos do dossiê ProPAT.

Considerações finais

O desafio para avançar no tipo de análise multidimensional proposta no STUR requer retomar aspectos coevolutivos dos sistemas territoriais. Torna-se necessário avançar nos aspectos teóricos metodológicos para melhor entendimento da *situação* dos diversos subsistemas que compõem a dinâmica cidade-território-região.

Interpretar a cidade de Parintins como *locus* privilegiado de mediação do ordenamento territorial implica considerar a materialidade dos sistemas territoriais (incluindo a relação com sítio, geomorfologia e morfologia urbana) e os aspectos relacionais e organizacionais. A ideia das esferas evolutivas pode ser complementada pela ideia de que as dinâmicas sub-regionais possuem um substrato material herdado (sedimento territorial) a partir das quais surgem *formas híbridas* de arranjos territoriais.

A circulação necessária dos sujeitos do STUR contrasta com formas de circulação alienadas no interior da relação STUR/STUF. Pesquisas futuras podem desvendar lógicas de "geografias do atraso" e manutenção de poder relacionadas às frações arcaicas do capital mercantil e existências de redes ilícitas: cidades tradicionalmente dominadas por elites conservadoras ligadas à permanência de estruturas de exclusão e pobreza corroboram para a manutenção de posições político-econômicas privilegiadas e reconstrução de formas de acumulação primitiva e suas formas derivadas.

O PATs está inserido na relação dialética entre o espaço herdado de longa coevolução socionatural e as dinâmicas territoriais atuais. Urge interpretar o patrimônio territorial no interior dos mecanismos de alienação territorial onde o fenômeno urbano tem sido negligenciado e obscurecido em debates sobre o futuro da Amazônia. Ativado, adormecido ou até mesmo destruído (um dialeto indígena, por exemplo), o patrimônio se encontra sob ataque em meio à perversidade da globalização.

Referências

ANA (Agência Nacional de Águas). 2015. *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil : informe 2015*. Brasilia: ANA. https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/65829

Bartoli, Estevan. 2015. "Ações Indígenas 2015-Mawé na Cidade de Parintins (AM) e a Formação de Sistemas Locais Territoriais Urbano-Ribeirinhos". Em *Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB)*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (UFCE) CD-ROM.

— 2017. "O retorno ao território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM)". Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista. https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150639

— 2018a. "Cidades na Amazônia, Sistemas Territoriais e a Rede Urbana". *Mercátor* 17: 1-16. https://doi.org10.4215/rm2018.e17027

— 2018b. "Entre o urbano e o ribeirinho: territorialidades navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM)". *Espaço Aberto* 8 (2): 169-185. https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2018.18865

— 2019a. "Territorialidades urbano-ribeirinhas: o sistema territorial pesqueiro de Parintins (AM)". *GeoNorte* 10 (35): 38-56. https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/5401

— 2019b. "Tilheiros: carpintaria naval e sistemas territoriais em Parintins (AM)". *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente* 51: 43-62. https://doi.org/10.5380/dma.v51i0.62810

— 2020a. "Cidades pequenas na Amazônia e ordenamento territorial: redes de sujeitos locais e as redes urbanas de Urucará (AM) e São Sebastião do Uatumã (AM)". *Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia* 12 (1): 80-105. https://doi.org/10.4025/geoinga.v12i1.50956

— 2020b. "Cidades pequenas na Amazônia: sítio, situação e sistemas territoriais de Barreirinha (AM)". *Revista de Geografia e Ordenamento do Território* 19: 132-157. https://doi.org/10.17127/got/2020.19.006

— 2020c. "Cidades na Amazônia: Centralidades e sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM)". *Revista Espaço e Economia* 20: 1-27. https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.17823

Bartoli, Estevan. 2022 "Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos: uma proposta metodológica para análise de cidades de dinâmica fluvial e ribeirinha na Amazônia". Em *Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais*. 223-253. Londrina: Editora Liberdade. https://www.researchgate.net/publication/358175387_GEOGRAFIAS_FORA_DO_EIXO_por_outras_geografias_feitas_com_praxis_territoriais_versao_impressa

Bartoli, Estevan, e Rildo Marques. 2019. "Morfologia e geomorfologia urbana: Sistemas territoriais e as margens fluviais em Parintins (AM)". *Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos* 13 (2): 44-58.

Bartoli, Estevan, e Heitor Pinheiro. 2022. *Atlas de Parintins e Microrregião – Planejamento Territorial e Urbano*. Manaus: EDUA. https://www.academia.edu/73263866/Atlas_de_Parintins_e_Microrregi%C3%A3o

Bartoli, Estevan, Tatiana Schor, e José Aldemir de Oliveira. 2019. "Cidades médias na Amazônia: Ampliando percepções sobre a responsabilidade territorial de Parintins, AM, Brasil" *Terra Plural* 14: 1-22. https://doi.org/10.5212/TerraPlural.v.14.2013253.018

Bitoun, Jam, e Livia Miranda (orgs). 2009. *Desenvolvimento e Cidades: Contribuições para o debate sobre as políticas de desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: FASE / Observatório das Metrópoles.

Camagni, Roberto. 2005. *Economía urbana*. Barcelona: Antoni Bosch.

Castro, Claudio Eduardo de, José Sobreiro Filho, Marcos Aurélio Saquet, e Janaina Francisca de Souza Campos Vinha (orgs.). 2022. *Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais*. Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA.

Dallabrida, Valdir Roque. 2022. "Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê". *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional* 18 (1): 8-12. https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/issue/view/73

Dematteis, Giusepe. 2005. "Il sistemi territoriali in um'ottica evoluzionista". Em *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello SLOT*, organizado por Giusepe Dematteis e Francesca Governa. F. Milano: Angeli.

Dematteis, Giusepe. 2008. “Sistema Local Territorial (SLoT): um instrumento para representar, ler e transformar o teritório”. Em *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia,* organizado por A. Alves, B. Corrijo e L. Candiotto. São Paulo: Expressão Popular.

Fernandes, Ana Cristina. 2009. “Conhecimento, desenvolvimento regional e as cidades brasileiras”. Em *Desenvolvimento e Cidades no Brasil. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais,* organizado por Jan Bitoun e Livia Miranda, 30-60. Recife: FASE / Observatório das Metrópoles.

Harvey, David. 2011. *O Enigma do Capital.* São Paulo: Boitempo.

Marques, Rildo. 2017. *Erosão nas margens do Rio Amazonas: o fenômeno das terras caídas e as implicações para a cidade de Parintins (AM)*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Amazonas.

Monte-Mór, Roberto Luis. 1994. “A Urbanização Extensiva e Lógica de Povoamento”. Em *Território, globalização e fragmentação,* organizado por Milton Santos, 169-181. São Paulo: Hucitec/Anpur.

Raffestin, Claude. 1993. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática.

— 2009. “A produção das estruturas espaciais e sua representação”. Em *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*, organizado por Marcos Aurelio Saquet e Eliseu Savério Sposito, 17-36. São Paulo: Expressão Popular.

Sack, Robert. 2013. “O significado de territorialidade”. Em *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*, organizado por Leila Cristina Dias e Maristela Ferrari, 45-68, Florianópolis: Insular.

Saquet, Marcos Aurélio. 2007. *Abordagens e Concepções de Território.* São Paulo: Expressão Popular.

— 2011. *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões.

Schor, Tatiana, José Aldemir de Oliveira, André de Moraes, e Paola Verri Santana. 2016. "Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no estado do Amazonas, Brasil". *Revista PRACS* 9 (1): 9-35. https://www.researchgate.net/publication/305454560_APONTAMENTOS_METODOLOGICOS_SOBRE_O_ESTUDO_DE_CIDADES_E_DE_REDE_URBANA_NO_ESTADO_DO_AMAZONAS_BRASIL

Silva, Fernando, e Estevan Bartoli. 2019. "Capital mercantil, transportes fluviais e a rede urbana sub-regional de Parintins (AM)". *Revista Geografia e Pesquisa* 13 (1): 7-8.